

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS – UNIGOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO PRESENCIAL – PROEP
SUPERVISÃO DA ÁREA DE PESQUISA CIENTÍFICA – SAPC
CURSO DE FARMÁCIA

USO OFF LABEL DE METILFENIDATO

VANESSA MARTINS FEIJO
HUMBERTO LOURENÇO MARTINS

GOIÂNIA-GO
MAIO/2025

VANESSA MARTINS FEIJO
HUMBERTO LOURENÇO MARTINS

USO OFF LABEL DE METILFENIDATO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Farmácia do Centro Universitário de Goiás - UNIGOIÁS, sob orientação da M.a. Andreia Luiza Pereira Silva, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Farmácia.

**GOIÂNIA-GO
MAIO/2025**

USO OFF LABEL DE METILFENIDATO

Vanessa Martins Feijo¹
Humberto Lourenço Martins¹
M.a. Andreia Luiza Pereira Silva²

RESUMO: A utilização crescente do cloridrato de metilfenidato entre os jovens, com o objetivo de melhorar as habilidades cognitivas, tem crescido de forma acelerada, motivada pelo desejo de maximizar o rendimento nos estudos. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo discutir o uso inadequado, destacando as responsabilidades envolvidas tanto na entrega quanto na orientação, levantando os riscos relacionados. Este artigo foi desenvolvido a partir de publicações de 2014 a 2024 com fontes como PubMed, SciELO e Google Scholar, por meio dos descritores em saúde (DECS): Metilfenidato; Melhora das Funções Cognitivas; Relevância do Profissional de Farmácia; Sistema Nervoso Central, utilizando o operador booleano “and” em inglês e português. O objetivo foi expor as características do metilfenidato e o papel do farmacêutico nesse contexto. A atuação do farmacêutico, voltada para a conscientização e a educação, é essencial para incentivar o uso adequado e reduzir a incidência de abusos. Chega-se à conclusão de que é fundamental promover iniciativas educativas e de sensibilização sobre os perigos relacionados ao uso inadequado. Dessa forma, colabora-se para o desenvolvimento de uma cultura de utilização consciente de medicamentos, em que o farmacêutico desempenha um papel fundamental.

Descritores: Metilfenidato. Melhora das funções cognitivas. Relevância do profissional farmacêutico. Sistema nervoso central.

OFF LABEL USE OF METHYLPHENIDATE

ABSTRACT: The increasing use of methylphenidate hydrochloride among young people, with the aim of improving cognitive skills, has grown rapidly, motivated by the desire to maximize academic performance. In this context, this research aims to discuss its inappropriate use, highlighting the responsibilities involved in both delivery and guidance, and raising the related risks. This article was developed based on publications from 2014 to 2024 with sources such as PubMed, SciELO and Google Scholar, through the health descriptors (DECS): Methylphenidate; Improvement of Cognitive Functions; Relevance of the Pharmacy Professional; Central Nervous System, using the Boolean operator “and” in English and Portuguese. The objective was to describe the characteristics of methylphenidate and the role of the pharmacist in this context. The role of pharmacist, focused on awareness and education, is essential to encourage appropriate use and reduce the incidence of abuse. It is concluded that it is essential to promote educational and awareness-raising initiatives about the dangers related to inappropriate use. In this way, we contribute to the development of a culture of conscious use of medicines, in which the pharmacist plays a fundamental role.

Keywords Methylphenidate. Improvement of cognitive functions. Relevance of the pharmacy professional. Central nervous system.

¹ Acadêmico do Centro Universitário – UNIGOIÁS.

² Professora Orientadora do Centro Universitário – UNIGOIÁS.

1 INTRODUÇÃO

O campo médico, especialmente a psiquiatria, expandiu sua compreensão sobre neurociência a partir da metade do século XX, criando oportunidades para a utilização de medicamentos psicoativos em terapias neurológicas, visando maior eficácia e rapidez nos tratamentos. Historicamente, a psiquiatria enfrentou desafios devido à limitação de técnicas diagnósticas e terapêuticas eficientes. Contudo, progressos notáveis ocorreram, com inovações contínuas desde então, incluindo a identificação de novos tratamentos e técnicas diagnósticas para condições anteriormente pouco compreendidas, e a ampliação do uso de substâncias como o Metilfenidato (MPH), conhecido comercialmente como Ritalina® (Knecht *et al.*, 2024).

O MPH introduzido no mercado por volta de 1955, sendo um medicamento que, em suas origens, tinha como principal objetivo o tratamento de crianças hiperativas e de pessoas afetadas por narcolepsia. Pertencente à classe das anfetaminas e classificado como um agente que estimula o sistema nervoso, tornou-se uma abordagem comum no tratamento de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), auxiliando-as a ter um maior controle emocional, a permanecer calmas, a executar atividades de forma contínua e focar em tarefas fundamentais, entre outros benefícios (Madriaga; Senna Junior, 2021).

O TDAH foi oficialmente reconhecido como um diagnóstico pela Associação Americana de Psiquiatria em 1980, o qual englobava diversas situações relacionadas à falta de atenção e à hiperatividade. Segundo Andrade *et al.* (2018), a Ritalina® foi introduzida no mercado brasileiro por volta de 1988. Nesse período, o Brasil sobressaiu-se como o país que mais fazia uso do medicamento. O mecanismo de ação do medicamento ocorre pela limitação da reabsorção de dopamina e noradrenalina. Esse impedimento favorece o aumento da concentração desses neurotransmissores na junção sináptica, estimulando o cérebro e promovendo melhorias no tratamento do TDAH.

Andrade *et al.* (2018) apontam que certos grupos a reavaliam como um potente impulsionador do Sistema Nervoso Central (SNC), sendo vista como um componente que potencializa o desempenho escolar, mesmo que não entendam totalmente seu funcionamento e os potenciais efeitos adversos que pode causar no organismo. O uso inadequado desse estimulante psíquico pode representar grandes riscos à saúde das pessoas afetadas. É crucial examinar a forma de utilização, a frequência de consumo e os potenciais prejuízos associados ao uso incorreto do MPH, bem como sua eficácia em promover o desenvolvimento das habilidades cognitivas em alunos.

Além disso, a busca por uma vantagem competitiva no ambiente acadêmico leva muitos jovens a recorrerem a substâncias psicoativas, como o MPH, na esperança de melhorar a concentração e o desempenho (Lima; Oliveira; Pontes Neto., 2022).

É imprescindível destacar que o uso é rigorosamente monitorado e deve ser realizado sob a supervisão de um médico capacitado, devido aos possíveis efeitos colaterais, como inquietação, alterações emocionais, dificuldade para dormir e, em situações prolongadas, até episódios de alucinação e dependência (física e psicológica). A utilização inadequada pode resultar na piora da atenção e das capacidades cognitivas, além de causar episódios psicóticos e elevar o risco de suicídio (Madriaga; Senna Junior, 2021).

Assim, é crucial salientar que a utilização imprópria dessas substâncias acarreta uma série de riscos consideráveis, os quais requerem uma avaliação atenta e uma pesquisa detalhada. Ademais, conforme apontado por Cerqueira, Almeida e Cruz Junior (2021), a utilização desses fármacos está associada a uma variedade de efeitos adversos, que englobam até mesmo pensamentos suicidas, incluindo sinais comuns como falta de apetite, dificuldade para dormir, cefaleias, sensação de aperto no peito, aceleração dos batimentos cardíacos, tremores nos membros superiores, transpiração excessiva, boca seca e intensificação da ansiedade. Quando esses impactos não são acompanhados adequadamente, podem acarretar sérios perigos à saúde dos indivíduos.

Assim, o estudo se justifica, pois o uso racional de medicamentos (URM) é visto como um dos aspectos fundamentais sugeridos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para as diretrizes relacionadas a medicamentos. O aumento descontrolado na utilização de medicamentos em diversas nações é considerado um significativo obstáculo para a realização do URM, inserindo-se em um fenômeno conhecido como “farmaceutização” da sociedade.

2 METODOLOGIA

A obtenção de dados para o estudo foi realizada através das seguintes fontes: SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando-se a terminologia dos autores no campo da saúde (DECS): Metilfenidato, crescimento cognitivo, importância do farmacêutico, Metilfenidato, substâncias que estimulam o SNC associadas ao operador lógico. Além de agregar valor com materiais de literatura cinza, como dissertações e teses disponíveis em repositórios universitários.

As informações foram coletadas por meio de pesquisas organizadas nas bases de dados selecionadas, utilizando palavras-chave relevantes, como Metilfenidato; Melhora das Funções

Cognitivas; Relevância do Profissional Farmacêutico; Sistema Nervoso Central Methylphenidate; Improvement of Cognitive Functions; Relevance of the Pharmacy Professional; Central Nervous System, entre outras. Integração de estudos nas línguas inglesa e portuguesa.

Neste estudo, foram utilizados os seguintes parâmetros de escolha: publicações científicas apresentadas em periódicos especializados, pertinentes ao assunto analisado, abrangendo estudos que analisam o papel do profissional de farmácia diante do consumo elevado de MPH entre jovens, com a intenção de melhorar o desempenho cognitivo, da mesma maneira que estudos que exploravam estratégias de intervenção ou diretrizes de saúde relacionadas ao tema.

Foram considerados estudos divulgados de 2014 a 2025, garantindo uma revisão contemporânea acerca do papel do farmacêutico na administração do consumo elevado de MPH entre pacientes jovens.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 METILFENIDATO

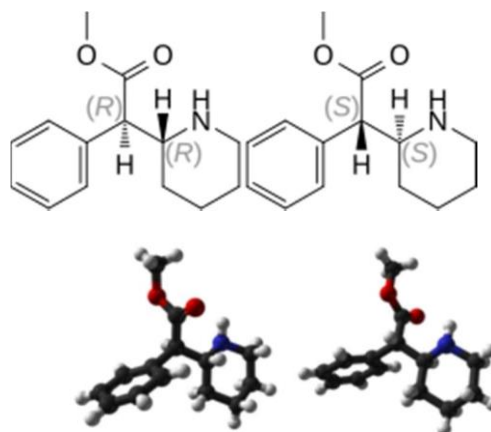
O MPH (Figura 1) pertence ao grupo dos medicamentos que estimulam o SNC. Sua forma de funcionamento envolve a liberação e o aumento da dopamina e noradrenalina no SNC, resultando na elevação na quantidade desse neurotransmissor nas sinapses pós-sinápticas. A consequência é a ativação do sistema inibitório que envolve o córtex orbitofrontal e o sistema límbico, o que resulta na redução da impulsividade e na melhoria da atenção e foco. Dessa maneira, este medicamento é a opção inicial recomendada para tratar o TDAH, conforme Alberto *et al.* (2017).

O MPH, ou cloridrato de metilfenidato, é um medicamento estimulante que atua no SNC e possui estrutura das anfetaminas. Sua função consiste em intensificar a ação dos receptores adrenérgicos alfa e beta, facilitando a liberação de neurotransmissores e aumentando a disponibilização de dopamina e noradrenalina nas terminações do sistema simpático (Bilitardo *et al.*, 2017).

Seu modo de funcionamento envolve a inibição competitiva dos transportadores de dopamina e norepinefrina, o que impede a recaptação dessas substâncias e eleva suas concentrações extracelulares, especialmente nas regiões do córtex pré-frontal e do corpo estriado. Atualmente, a medicação é recomendada para TDAH em crianças com seis anos ou

mais, sendo a terapia medicamentosa a abordagem mais utilizada entre os problemas de saúde mental infantil nas unidades de saúde primárias (Blair, 2016).

Figura 1. Fórmula de funcionamento do Metilfenidato



Fonte: Wikipédia (2025).

3.1.1 Eficácia

A eficácia do MPH no manejo dos sintomas do TDAH, conforme sugerido por Gomes e Freitas (2020), é amplamente reconhecida, sendo esse medicamento uma das principais opções para indivíduos diagnosticados com essa condição. O funcionamento do MPH, ao inibir a reabsorção de dopamina e noradrenalina, leva a uma melhoria considerável na concentração e no gerenciamento da impulsividade, fatores fundamentais para o sucesso escolar e para as interações sociais das crianças.

Contudo, a abordagem terapêutica para o TDAH frequentemente transcende o uso exclusivo de medicamentos. A literatura recente reforça a importância de estratégias multimodais, que podem incluir intervenções como a terapia comportamental, visando um desenvolvimento psicossocial mais abrangente, embora a eficácia e os efeitos adversos do tratamento medicamentoso continuem sendo um foco central de pesquisa (Manarin; David, 2025). Nesse sentido, surgem preocupações significativas quanto aos efeitos do uso prolongado de psicoestimulantes como o MPH. Estudos apontam para potenciais efeitos adversos que demandam monitoramento contínuo, incluindo não apenas questões comportamentais como irritabilidade ou alterações de humor, mas também impactos negativos sobre o crescimento físico em crianças e adolescentes (Ritter *et al.*, 2020; Manarin; David, 2025). Essa visão é sustentada por Ritter *et al.* (2020), que também advertem sobre a possibilidade de psicose e comportamentos repetitivos em decorrência do uso prolongado do medicamento.

Embora a medicação deva ser reservada para os casos mais graves, ela é usada precocemente. Em 2012, entre os medicamentos para TDAH disponíveis, o MPH foi de longe

o mais comumente prescrito nos países europeus. Nos Estados Unidos, o MPH é responsável por apenas metade das prescrições, e os medicamentos à base de anfetaminas são responsáveis por 35% (Bachmann *et al.*, 2017). A atomoxetina representa uma alternativa a esses psicoestimulantes, mas sua taxa de prescrição permanece baixa: é mais alta na Dinamarca (18% em 2012) (Raman *et al.*, 2018).

Em todos os países ocidentais, a prescrição de medicamentos para TDAH aumentou rapidamente entre 1990 e 2010. Em seguida, estabilizou-se em alguns países (por exemplo, Reino Unido e Dinamarca), enquanto o aumento continuou, embora mais lentamente, em outros países (por exemplo, Estados Unidos e Islândia). No entanto, a taxa de prescrição durante o período de 2012 a 2015 difere consideravelmente de país para país: é de cerca de 5% nos Estados Unidos e Islândia, mas 0,5% no Reino Unido (Bachmann *et al.*, 2017; Raman *et al.*, 2018).

Embora a prescrição de psicoestimulantes possa proporcionar alívio a curto prazo dos sintomas comportamentais do TDAH e facilitar o cuidado e a educação da criança, vários estudos epidemiológicos que acompanharam coortes muito grandes ao longo de muitos anos mostram que os estimulantes não têm benefícios a longo prazo sobre os riscos de dificuldades acadêmicas, delinquência e abuso de substâncias associados ao TDAH (Currie; Stabile; Jones, 2014). Há cada vez mais evidências de que os medicamentos para o TDAH não fazem diferença no desempenho escolar ou no desempenho acadêmico (Sharpe, 2014).

Em síntese, muitas pesquisas têm evidenciado a efetividade do MPH no controle dos sintomas do TDAH em curto prazo. Entretanto, é essencial que exista um tratamento contínuo, o que gera preocupações relevantes acerca do crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes. A utilização de medicamentos, aliada a ações no setor educacional e psicossocial, deve ser vista como uma estratégia fundamental para reduzir os impactos negativos e assegurar um desenvolvimento saudável em crianças e jovens. A supervisão e a assistência contínua por especialistas da saúde são fundamentais para ajustar a terapia e reduzir os riscos associados ao uso prolongado de MPH.

3.1.2 Segurança

A utilização inadequada e, frequentemente, sem orientação médica de medicamentos está crescendo entre os jovens, que buscam melhorar seu desempenho escolar, pois acreditam que isso os deixa mais focados e enérgicos (Affonso *et al.*, 2016).

Em razão de suas propriedades psicoestimulantes, a utilização dessa medicação para propósitos não terapêuticos tem se tornado cada vez mais frequente, principalmente entre estudantes que desejam aprimorar seu rendimento nos estudos. Essa abordagem suscita sérias inquietações, uma vez que os efeitos prejudiciais e o potencial de dependência associados ao uso impróprio do MPH podem não ser admissíveis ou eticamente defensáveis para aqueles que não apresentam uma condição de saúde que justifique a administração do medicamento (Nasário; Matos, 2022).

3.1.3 Situação regulatória

A comercialização do MPH para uso médico foi aprovada no Brasil em 1998, sob a denominação Ritalina[®], criada pelo laboratório Novartis. Em 2002, o laboratório Janssen-Cilag introduziu no mercado o produto Concerta[®]. No Brasil, esse medicamento é classificado como psicotrópico, pertencente à lista A3, que inclui substâncias com indicações terapêuticas, mas que possuem potencial de dependência, o que implica uma regulamentação rigorosa (Tavares Júnior; Cremaschi; Coelho, 2017).

Ritalina[®] e Concerta[®], além de serem empregados no tratamento do TDAH, são também utilizados para lidar com outras condições, como narcolepsia, depressão e distúrbios cognitivos, entre outros. Para obter esses medicamentos, é exigida uma receita médica especial, pois são classificados como fármacos psicotrópicos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), sendo necessária uma receita especial para a sua compra.

A utilização é juridicamente permitida somente para o cuidado de indivíduos diagnosticados com TDAH ou narcolepsia. O TDAH é um distúrbio neurológico relacionado ao comportamento, predominante na infância, afetando de 3% a 7% das crianças globalmente, e frequentemente persiste com o indivíduo ao longo de toda a sua vida. Pesquisas indicam que a utilização do MPH proporciona resultados positivos no tratamento desse transtorno. Nos últimos anos, tem sido observado um aumento no número de indivíduos diagnosticados com essa enfermidade, gerando incertezas sobre a real existência do distúrbio em todos eles. Assim, o uso impróprio e o abuso da medicação aumentam simultaneamente (Rocha *et al.*, 2020).

Pesquisas indicam que, em várias partes do Brasil, certas farmácias estão vendendo medicamentos da Lista A3, como o MPH, sem solicitar a receita necessária. Essa ação, frequentemente impulsionada pela tentativa de obtenção de ganhos imediatos, prejudica a segurança dos pacientes e afeta a solidez do sistema de saúde (Rocha *et al.*, 2020; Cândido *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2022).

Embora o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) tenha progredido na supervisão dessa venda, a ocorrência de aquisições realizadas sem receita aponta para lacunas nas políticas públicas destinadas a esse monitoramento. Essas deficiências colocam a população em situação de risco para a saúde e geram complicações jurídicas, uma vez que a aquisição e a comercialização de produtos regulados sem prescrição médica e fora de estabelecimentos licenciados configuram infrações legais (Cândido *et al.*, 2019).

A falta de supervisão por parte das entidades de saúde pública ajuda a agravar essa situação. A fiscalização inadequada nas farmácias promove a comercialização de medicamentos controlados sem a necessária receita médica, e a falta de atenção das instituições de ensino em relação ao assunto favorece a prática ilegal de vendas de medicamentos, além de intensificar a cultura da automedicação (Cândido *et al.*, 2019).

3.2 O USO OFF LABEL DE METILFENIDATO: CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS

O cloridrato de MPH é um fármaco que atua como um estimulante do SNC, sendo frequentemente empregado para tratar o TDAH em crianças, jovens e adultos. O funcionamento desse composto ocorre pela recaptação de dopamina e noradrenalina nas células do sistema nervoso pré-sinápticas. Esse impedimento limita a reabsorção desses neurotransmissores, levando a um aumento de suas concentrações na fenda sináptica e favorecendo a comunicação entre as áreas do cérebro que regulam a atenção e o controle de impulsos. Isso ajuda a minimizar os sintomas característicos do TDAH, como a impulsividade, a hiperatividade e a dificuldade em concentrar-se (Rodrigues *et al.*, 2022)

O medicamento consiste em uma combinação racêmica dos isômeros d-metilfenidato e l-metilfenidato, possuindo uma estrutura que se assemelha à das anfetaminas. Com o aumento dos níveis de dopamina e noradrenalina, o MPH estimula de forma mais intensa o córtex pré-frontal e os gânglios da base, que são regiões cruciais para a gestão da atenção e do comportamento. Isso resulta em maior alerta e vigilância, auxiliando os pacientes a se manterem engajados ao longo do dia.

Por essa razão, o medicamento pode ser recomendado para o tratamento da narcolepsia, um transtorno que provoca sonolência intensa ao longo do dia e episódios repentinos de sono, que podem estar ligados à cataplexia, caracterizada pela perda abrupta de tônus muscular em resposta a emoções intensas, além de paralisia do sono e alucinações hipnagógicas (Tavares Júnior; Cremaschi; Coelho, 2017).

Os medicamentos psicotrópicos estão se tornando cada vez mais comuns na pediatria, muitas vezes sendo prescritos para usos não aprovados. Na prática clínica, as promessas de segurança e eficácia não são sempre asseguradas, especialmente quando comparadas às indicações aprovadas para adultos. Foi realizado um estudo retrospectivo de observação para avaliar a frequência de uso de medicamentos psicotrópicos em crianças na Catalunha, na Espanha. Informações que não identificam indivíduos sobre a distribuição de medicamentos psicotrópicos a crianças e adolescentes, além de dados demográficos e outras informações pertinentes, foram coletadas pela administração de saúde local referentes ao intervalo de 2008 a 2017. A avaliação da utilização fora das indicações aprovadas foi realizada através da análise das dispensações de medicamentos não autorizados para a faixa etária específica. A ocorrência de medicamentos psicoativos variou entre 40,8 e 64,2 para cada 1.000 crianças. Os psicoestimulantes apresentaram a mais alta taxa de exposição, especialmente em função do MPH. A utilização off-label foi identificada em 12% das pessoas, o que representa 4,6% de todos os psicotrópicos distribuídos, com uma maior incidência entre os meninos. A relação entre o uso off-label e o uso aprovado foi mais elevada em grupos etários mais jovens (Pesiou *et al.*, 2023).

Os estudos realizados e debatidos reforçam a necessidade de uma abordagem colaborativa no cuidado de crianças e adolescentes com diagnóstico de TDAH. O MPH deve ser prescrito com cautela, especialmente em crianças e adolescentes, e sempre como parte de um plano de tratamento abrangente que envolva suporte psicológico, educacional e familiar. Ferreira *et al.* (2021) sugerem que a monitorização constante do desenvolvimento físico e emocional das crianças é essencial para prevenir problemas a longo prazo, como os impactos negativos que podem surgir no crescimento e no comportamento.

Além disso, é evidente que a avaliação contínua por parte do médico verifica a eficácia e os efeitos adversos, permitindo o controle e a adaptação da dosagem conforme necessário. Assim, conforme apontam Ritter *et al.* (2020), a interrupção do tratamento com o fármaco deve ser considerada quando os efeitos colaterais superarem os benefícios oferecidos, principalmente em relação ao desenvolvimento psicossocial.

Em uma pesquisa descritiva de caráter transversal, envolvendo uma amostra de 378 alunos, constatou-se que 9,8% dos participantes relataram o uso de MPH, independentemente da fase da vida em que se encontravam. Dentre esses, 59% afirmaram ter utilizado para aprimoramento cognitivo. No mesmo estudo mencionado, constatou-se que a utilização de MPH para otimização cognitiva durante a graduação foi seis vezes maior do que em qualquer

outro período da vida, enfatizando que essa prática é particularmente significativa no ambiente acadêmico (Cândido *et al.*, 2019).

Em diversas nações, alunos de ensino superior têm recorrido a fármacos para otimizar seu rendimento em exames e potencializar suas habilidades de aprendizado, resultando em um mercado paralelo de psicoestimulantes nas instituições de ensino superior, com o MPH destacando-se como um dos principais medicamentos procurados para essa finalidade. No Brasil, é bastante frequente entre os estudantes universitários o uso de MPH para melhorar o desempenho cognitivo, sendo uma prática muitas vezes estimulada por familiares e amigos que os encorajam a se automedicar (Cândido *et al.*, 2019).

Estudos a respeito do impacto do MPH em indivíduos sem diagnóstico de TDAH ou narcolepsia sugerem que, apesar do medicamento poder proporcionar uma percepção pessoal de melhoria cognitiva, ele não provoca avanços relevantes na memória ou na capacidade de retenção de informações a longo prazo. Ademais, ao analisar o rendimento escolar de alunos de medicina que consomem MPH em comparação com os que não fazem uso da substância, observa-se que os que utilizam apresentam uma média acadêmica mais baixa (7,92) do que os que não utilizam (8,80). Essas descobertas fortalecem a compreensão de que, em pessoas saudáveis, a utilização do fármaco está mais ligada a sentimentos de satisfação e à sensação de melhora nas capacidades cognitivas do que a ganhos efetivos em desempenho (Nasário; Matos, 2022).

Um estudo transversal conduzido com estudantes dos cursos de biomedicina, enfermagem e farmácia, revelou que a utilização não autorizada do MPH entre esses jovens alcançou 31%. Destes, 7,5% dos entrevistados tinham conhecimento sobre como adquirir o medicamento sem uma prescrição médica, sendo a forma mais comum de obtenção através de colegas. A pesquisa indica que a aquisição ilegal em plataformas online é um método comum de obtenção do MPH, ressaltando a preocupação com o uso não autorizado do medicamento e seus possíveis riscos (Alberto *et al.*, 2017).

Com base nessa análise de literatura, é possível observar a conexão estreita entre a procura por aprimoramento cognitivo e o uso inadequado do MPH no ambiente universitário. A melhoria da capacidade mental tem sido frequentemente citada como a principal razão para o uso não autorizado de MPH. Outro ponto a ser mencionado é a exigência por um alto desempenho escolar, a convicção de que o medicamento é eficaz para aprimorar a concentração e a habilidade de aprendizado, e a facilidade com que o medicamento é vendido de forma ilegal, tudo isso ligado à cultura da automedicação (Alberto *et al.*, 2017).

3.2.1 Efeitos fisiológicos, psicológicos e sociais da utilização do metilfenidato sem a prescrição médica

Pesquisas mostram que o uso de MPH em quantidades terapêuticas para indivíduos diagnosticados com TDAH é, em grande parte, seguro do ponto de vista fisiológico. No entanto, a inserção do medicamento Ritalina® ressalta a possibilidade de efeitos colaterais, mesmo quando utilizado de forma terapêutica. Entre os efeitos adversos mais frequentes estão: redução do apetite, xerostomia, dificuldades para dormir, leve depressão e tique motor (Beyer; Staunton; Moodley, 2014; Alberto *et al.*, 2017; Rocha *et al.*, 2020). Os efeitos adversos mais graves relacionados ao uso de MPH incluem a intensificação de condições predisponentes (como os transtornos de ansiedade) ou agravamento de problemas já existentes (como arritmias e glaucoma), conforme descrito na bula da Ritalina® (Rocha *et al.*, 2020).

A administração de MPH sem orientação de um profissional de saúde pode representar perigos significativos à saúde dos jovens, englobando problemas cardíacos e repercussões neuropsicológicas, como episódios de psicose, ansiedade e depressão (Alberto *et al.*, 2017). Uma pesquisa revelou que uma parte considerável dos alunos que faziam uso do MPH sem prescrição médica mencionou a ocorrência de efeitos adversos. Dentre eles, 38% relataram episódios de taquicardia, 23% relataram diminuição do apetite, 18% notaram tremores nas mãos, 20% enfrentaram secura bucal e 27% tiveram episódios de ansiedade. Em oposição à ideia de que a medicação poderia aliviar o estresse, na realidade, sua utilização está relacionada a uma queda na qualidade de vida e a um aumento no estresse, elevando a incidência de problemas de saúde entre os alunos (Rocha *et al.*, 2020).

A literatura também aponta que a elevação nas taxas de consumo indevido dessas substâncias pode ser diretamente associada a um crescimento acentuado em casos de suicídio, atendimentos de emergência e overdoses graves. Ademais, estudos que investigam a atividade cognitiva, utilizando glicose marcada, sugerem que os psicoestimulantes afetam negativamente a habilidade de processamento do cérebro em pessoas saudáveis. Dessa forma, os efeitos negativos constatados podem não ser considerados aceitáveis ou eticamente defensáveis para um paciente sem uma condição que os justifique, como acontece com estudantes saudáveis que buscam melhorar suas capacidades cognitivas (Beyer; Staunton; Moodley, 2014).

Estudos literários apontam que o uso excessivo de medicamentos pode levar a um considerável risco de dependência química, já que o MPH funciona como um estimulante do SNC, elevando os níveis de dopamina e noradrenalina no cérebro (Rocha *et al.*, 2020). O consumo prolongado, e em quantidades elevadas, pode resultar no aumento da tolerância,

fazendo com que os usuários precisem de doses maiores para obter os mesmos resultados. Em relação ao risco de dependência química, pesquisas mostram uma conexão estatisticamente relevante entre o uso inicial de MPH e o consumo de outras drogas psicoativas, como o tabaco, ecstasy, anfetamina e alucinógenos, que também possuem grande potencial de causar dependência, evidenciando a seriedade do problema (Melo; Souza, 2020).

Os potenciais efeitos adversos e contraindicações associados ao MPH podem ser reduzidos, caso um médico realize uma avaliação detalhada do paciente e identifique possíveis predisposições fisiológicas arriscadas antes de recomendar o uso da medicação (Rocha *et al.*, 2020). Adicionalmente, o acompanhamento regular e a administração programada do MPH podem contribuir para a prevenção e identificação de casos de dependência química. Dessa forma, é evidente que o uso terapêutico desse medicamento deve ocorrer apenas com a prescrição e supervisão de um profissional qualificado (Beyer; Staunton; Moodley, 2014).

Além dos impactos biopsicossociais causados pelo uso abusivo do MPH, é importante ressaltar as repercussões sociais e jurídicas da venda irregular desse fármaco. Indivíduos que comprarem, usarem ou venderem o MPH sem a prescrição adequada podem estar sujeitos a penalidades legais, que podem incluir desde multas até a possibilidade de ações judiciais (Cândido *et al.*, 2019).

O MPH pode, inicialmente, aprimorar áreas do desenvolvimento cognitivo, incluindo a memória de trabalho e o controle inibitório (Barkley, 2020). No entanto, o uso contínuo de medicamentos pode trazer efeitos negativos em aspectos significativos, como a capacidade de dividir a atenção e a flexibilidade mental, conforme indicado por Miklós *et al.* (2019).

Essas questões podem levar a desafios acadêmicos, especialmente em contextos que requerem a realização de várias atividades ao mesmo tempo. Em contextos de crescimento psicossocial, existem evidências contínuas de que o uso de MPH pode influenciar a socialização entre as crianças. Andrade *et al.*, (2018) e Alkalay e Dan (2022) destacam que é comum que crianças enfrentem rejeições sociais devido às alterações no comportamento provocadas pelo uso regular do medicamento. A redução do autocontrole emocional, associada ao aumento da irritabilidade, pode dificultar a habilidade dessas crianças em formar vínculos saudáveis com seus colegas, resultando em consequências duradouras em seu desenvolvimento social e emocional.

3.3 PAPEL DO FARMACÊUTICO NA INDICAÇÃO DO USO DO METILFENIDATO

A participação dos farmacêuticos na promoção da educação em saúde é crucial para sensibilizar a população sobre os riscos da automedicação e do uso impróprio de medicamentos, contribuindo para reduzir a incidência de intoxicações e problemas relacionados ao uso inadequado de medicamentos (Santos; Negretto; Okumura, 2021). A formação contínua dos farmacêuticos se revela uma estratégia importante para garantir que suas ações sejam baseadas em métodos e evidências atuais, oferecendo desfechos clínicos mais positivos e elevando a proteção dos pacientes (Fawr *et al.*, 2024).

Os efeitos colaterais comumente associados ao MPH incluem, entre outros, a redução do apetite, problemas de sono, aumento da pressão arterial, dores de cabeça e desconforto abdominal (Martins *et al.*, 2023). Além disso, o consumo exagerado do medicamento pode acarretar problemas mais graves, como taquicardia, crises de depressão e alterações de humor (Silva; Leite; Telles, 2021).

Pesquisas apontam que a utilização excessiva de MPH pode levar a problemas cardíacos, incluindo angina e arritmias (Sorgi; Azevedo; Mainardes, 2022). A falta de supervisão médica ao usar o medicamento pode elevar esses riscos, uma vez que os usuários frequentemente desconhecem os potenciais efeitos colaterais e a possibilidade de dependência.

De acordo com um estudo conduzido por Rodrigues *et al.* (2021), a busca por um bom desempenho escolar figura entre os principais fatores que motivam estudantes a fazer uso de MPH sem a devida receita médica. Essa forma de agir frequentemente se baseia na crença de que o medicamento pode melhorar a concentração e a produtividade nas atividades profissionais.

Pesquisas mostram que o uso contínuo de MPH não assegura, de maneira definitiva, melhorias duradouras nas funções cognitivas e, inversamente, pode ter efeitos prejudiciais à saúde mental e física dos indivíduos. O uso de medicamentos sem orientação e a automedicação são práticas comuns entre alunos de universidades, que muitas vezes carecem de informações adequadas sobre os perigos envolvidos (Silva *et al.*, 2022).

Além dos efeitos colaterais físicos, o uso de MPH sem supervisão adequada pode afetar negativamente a saúde mental das pessoas que o consomem. Pesquisas indicam que a utilização inadequada de fármacos pode aumentar a ansiedade, provocar irritação e, em determinadas situações, resultar em comportamentos agressivos (Silva *et al.*, 2022; Cheffer *et al.*, 2022).

A relação entre o uso de MPH e a saúde mental é complexa. Embora algumas pessoas experimentem uma melhoria temporária, os efeitos a longo prazo, como a necessidade de apoio e a instabilidade nas emoções, podem se tornar obstáculos significativos (Silva *et al.*, 2022). A

falta de acompanhamento psicológico e psiquiátrico durante o uso de medicamentos pode agravar esses problemas, elevando a vulnerabilidade dos pacientes a efeitos colaterais indesejados (Cheffer *et al.*, 2022).

O uso excessivo de MPH transcende o indivíduo, tornando-se uma questão de saúde pública. O aumento da utilização desse medicamento entre alunos do ensino superior está vinculado a um contexto de competição e pressão acadêmica, o que pode resultar em um ciclo persistente de uso e dependência (Sorgi; Azevedo; Mainardes, 2022).

Isso enfatiza a relevância de iniciativas educacionais e de políticas públicas que abordem o uso inadequado do MPH e ofereçam alternativas saudáveis para enfrentar a pressão do ambiente escolar (Barbosa; Marquez; Assunção, 2023). Ainda existem poucos estudos que abordem os efeitos a longo prazo do uso de MPH em indivíduos sem diagnóstico.

Estudos demonstram que a utilização prolongada do medicamento pode resultar em alterações nos indicadores bioquímicos e hematológicos, como a presença de trombocitopenia e a redução dos níveis de neurotransmissores, como norepinefrina e dopamina. Esses efeitos podem influenciar de maneira considerável a saúde geral das pessoas, especialmente nos casos em que a utilização não é supervisionada por especialistas (Sorgi; Azevedo; Mainardes, 2022).

Os farmacêuticos têm a possibilidade de realizar iniciativas educativas sobre os perigos do uso inadequado do MPH. Essas ações podem abranger apresentações, entrega de folhetos informativos e atendimentos personalizados, em que os profissionais de farmácia podem discutir as inquietações dos alunos e propor opções mais seguras para otimizar a concentração e o rendimento nos estudos.

Ademais, a cooperação entre farmacêuticos e demais profissionais de saúde é fundamental para abordar o uso excessivo de MPH de forma abrangente. A colaboração entre médicos, psicólogos e farmacêuticos pode levar a um tratamento mais eficiente e seguro para aqueles que necessitam de ajuda médica, simultaneamente, evitando a utilização inadequada entre indivíduos que não possuem um diagnóstico de TDAH (Sorgi; Azevedo; Mainardes, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em considerações, as informações obtidas nesta análise destacam a importância de adotar uma abordagem que envolva diversas disciplinas para lidar com a questão do uso inadequado de MPH entre estudantes. Além da implementação de normas legais mais severas e de políticas públicas eficientes, é essencial cultivar uma cultura educacional que priorize a

saúde mental e física dos alunos, desestimulando o consumo de substâncias com o objetivo de melhorar o desempenho cognitivo.

A análise mostra que, apesar de o MPH ser um medicamento eficaz para determinadas condições médicas, sua utilização por pessoas saudáveis não só não possui respaldo científico, como também envolve riscos significativos que precisam ser amplamente reconhecidos e evitados.

Os resultados da pesquisa realizada mostram que a atuação dos farmacêuticos desempenha um papel crucial na garantia do uso correto de medicamentos, principalmente no tocante ao MPH e a outras substâncias com efeitos psicoativos. Diversas pesquisas devem ser desenvolvidas, a fim de ressaltarem que a orientação adequada fornecida pelos farmacêuticos pode reduzir significativamente os erros na administração de fármacos, minimizando os riscos e os efeitos adversos, além de contribuir para uma adoção mais eficaz do tratamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Raphael da Silva *et al.* O uso indiscriminado do Cloridrato de Metilfenidato como estimulante por estudantes da área da saúde da Faculdade Anhanguera de Brasília (FAB). **Infarma – Ciências Farmacêuticas**, v. 8, n. 3, p. 166-172, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14450/2318-9312.v28.e3.a2016.pp166-172>. Acesso em: 08 fev. 2025.

ALBERTO, Mariane Suelen Izidoro *et al.* Uso de Metilfenidato entre acadêmicos no interior de Rondônia. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações**, v. 15, n. 1, p. 170-178, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v15i1.2963>. Acesso em: 21 jan. 2025.

ALKALAY, Sarit; DAN, Orrie. Effect of short-term methylphenidate on social impairment in children with attention deficit/hyperactivity disorder: systematic review. **Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health**, v. 16, n. 1, e93, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13034-022-00526-2>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ALMEIDA, Marcos Lima *et al.* Importância do Farmacêutico Clínico na UTI e sua participação na equipe multidisciplinar. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 8, p. 12256-12267, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56083/RCV3N8-130>. Acesso em: 18 fev. 2025.

ANDRADE, Luana da Silva *et al.* Ritalina, uma droga que ameaça a inteligência. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**, v. 7, n. 1, p. 99-112, 2018. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rmsbr/article/view/8810>. Acesso em: 11 jan. 2025.

BACHMANN, Christian J. *et al.* Trends in ADHD medication use in children and adolescents in five western countries, 2005-2012. **European Neuropsychopharmacology**, v. 27, n. 5, p. 484-493, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.euroneuro.2017.03.002>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BARBOSA, Carla da Silva; MARQUEZ, Carolinne Oliveira; ASSUNÇÃO, Leonardo Flor. The inappropriate use of Ritalin® for university academic improvement. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 13, p. e100121344315, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i13.44315>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BARKLEY, Russell A. **TDAH: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade**. Tradução de Luis Reyes Gil. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BEYER, Chad; STAUNTON, Ciara; MOODLEY, Keymanthri. The implications of methylphenidate use by healthy medical students and doctors in South Africa. **BMC Medical Ethics**, v. 15, n. 20, p. 1-8, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1472-6939-15-20>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BILITARDO, Isabella de Oliveira *et al.* Análise do uso de metilfenidato por vestibulandos e graduandos de medicina em uma cidade do estado de São Paulo. **Debates em Psiquiatria**, v. 7, n. 6, p. 6-13, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25118/2236-918X-7-6-1>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BLAIR, Robert J. R. The Neurobiology of Impulsive Aggression. **Journal of Child and Adolescent Psychopharmacology**, v. 26, n. 1, p. 4-9, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/cap.2015.0088>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CÂNDIDO, Raissa Carolina Fonseca *et al.* Prevalência e fatores associados ao uso de metilfenidato para neuroaprimoramento farmacológico entre estudantes universitários. **Einstein (São Paulo)**, v. 18, eAO4745, 2019. Disponível em: https://dx.doi.org/10.31744/einstein_journal/2020AO4745. Acesso em: 10 fev. 2025.

CERQUEIRA, Nadinni Silva Vilas Boas; ALMEIDA, Bruna do Carmo; CRUZ JUNIOR, Raineldes Avelino. Uso indiscriminado de Metilfenidato e Lisdexanfetamina por estudantes universitários para aperfeiçoamento cognitivo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 3085-3095, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.3014>. Acesso em: 13 jan. 2025.

CHEFFER, Maycon Hoffmann *et al.* Desvelando os efeitos adversos do metilfenidato na atenção infanto-juvenil. **Revista Neurociências**, v. 30, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/rnc.2022.v30.13518>. Acesso em: 19 fev. 2025.

COSTA, Ingrid Ribeiro *et al.* A importância do farmacêutico na CCIH / The importance of the pharmacist in CCIH. **Brazilian Applied Science Review**, v. 4, n. 6, p. 3720-3729, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34115/basrv4n6-034>. Acesso em: 18 fev. 2025.

CURRIE, Janet; STABILE, Mark; JONES, Lauren. Do stimulant medications improve educational and behavioral outcomes for children with ADHD? **Journal of Health Economics**, v. 37, p. 58-69, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jhealeco.2014.05.002>. Acesso em: 18 fev. 2025.

FAWR, Sukainah Mohammed Hussain Abu *et al.* Evaluating the Impact of Continuous Professional Development on Pharmacists' Competency and Patient Care Outcomes in Saudi Arabia. **The Journal of International Crisis and Risk Communication Research**, v. 7, n. s4, p. 122-128, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.63278/jicrcr.vi.2497>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FERREIRA, Thiago Antônio *et al.* Uso indiscriminado de Ritalina para crianças de 4 a 7 anos de idade com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). **Revista Científica Saúde – UNIFAGOC**, v. 6, n. 1, p. 47-56, 2021. Disponível em: <https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/saude/article/view/678>. Acesso em: 12 fev. 2025.

GOMES, Ludmila Emilly da Silva; FREITAS, Gabriel Rodriues Martins. Centro de Informação sobre Medicamentos (Departamento de Ciências Farmacêuticas – UFPB). **Metilfenidato no Tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)**. 2020. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cim/contents/menu/cimforma/metilfenidato-no-tratamento-do-transtorno-de-deficit-de-atencao-e-hiperatividade-tdah>. Acesso em: 02 fev. 2025.

KNECHT, Luiza *et al.* Neurociência do TDAH: revisão sobre o tratamento e implicações clínicas. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 10, p. 3306-3330, 2024. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/4016>. Acesso em: 11 jan. 2025.

LIMA, Zenaide Yalle Diodato; OLIVEIRA, Sabrina Antunes; PONTES NETO, João Gomes. Consequência do uso de metilfenidato sem prescrição médica por estudantes universitários. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, e277111537368, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37368>. Acesso em: 13 jan. 2025.

MADRIAGA, Alessandro Galoni; SENNA JUNIOR, Vicente Antonio. Perspectiva do Farmacêutico no uso da Ritalina por acadêmicos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 910-920, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i10.2626>. Acesso em: 11 jan. 2025.

MANARIN, Júlia Beatriz Carvalho; DAVID, Renata. Uso de metilfenidato por crianças e adolescentes com TDAH: efeitos terapêuticos e adversos. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, v. 37, e19644, 2025. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/medico/article/view/19644>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MARTINS, Carlos Alexandre Amaral *et al.* A utilização de psicoestimulantes por estudantes visando a melhoria do desempenho acadêmico: revisão sistemática. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 6, n. 3, p. 13359-13373, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/60877>. Acesso em: 19 fev. 2025.

MELO, Thaís Silva; SOUZA, Ronaldo Santhiago Bonfim. “Pílula do estudo”: uso do metilfenidato para aprimoramento cognitivo entre estudantes de psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). **Revista Ciências em Saúde**, v. 10, n. 2, p. 56-62, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21876/rcshci.v10i2.887>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MIKLÓS, Martina *et al.* Executive Function and Attention Performance in Children with ADHD: Effects of Medication and Comparison with Typically Developing Children. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 20, e3822, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph16203822>. Acesso em: 18 fev. 2025.

NASÁRIO, Bruna Rodrigues; MATOS, Maria Paula P. Uso Não Prescrito de Metilfenidato e Desempenho Acadêmico de Estudantes de Medicina. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, e235853, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003235853>. Acesso em: 08 fev. 2025.

PESIOU, Stella *et al.* Utilisation of drugs for the treatment of psychiatric diseases in the pediatric population: focus on off-label use. **Frontiers in Pharmacology**, v. 14, e1157135, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fphar.2023.1157135>. Acesso em: 12 fev. 2025.

RAMAN, Sudha R. *et al.* Trends in attention-deficit hyperactivity disorder medication use: a retrospective observational study using population-based databases. **The Lancet Psychiatry**, v. 5, n. 10, p. 824-835, 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s2215-0366\(18\)30293-1](https://doi.org/10.1016/s2215-0366(18)30293-1). Acesso em: 05 fev. 2025.

RITTER, James M. *et al.* **Rang & Dale Farmacologia**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Gen Guanabara Koogan, 2020.

ROCHA, Daniel Benedito Martins *et al.* Metilfenidato: uso prescrito versus uso indiscriminado por acadêmicos de medicina. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 30, e-30119, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/2238-3182.20200073>. Acesso em: 10 fev. 2025.

RODRIGUES, Laís de Aquino *et al.* Uso não prescrito de metilfenidato por estudantes de uma universidade brasileira: fatores associados, conhecimentos, motivações e percepções. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 29, n. 4, p. 463-473, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202129040437>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SANTOS, Bruna Bergmann; NEGRETTO, Giovanna Webster; OKUMURA, Lucas Miyake. Impacto da orientação farmacêutica no processo de uso de anticonvulsivantes por cuidadores de pacientes pediátricos com epilepsia refratária: estudo de viabilidade. **Clinical and Biomedical Research**, v. 41, n. 2, p. 107-116, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/hcpa/article/view/99626>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SHARPE, Katherine. Medication: the smart-pill oversell. **Nature**, v. 506, n. 7487, p. 146-148, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/506146a>. Acesso em: 05 fev. 2025.

SILVA, Cintia Ribeiro *et al.* The education of pharmacists as a tool to improve the use of medicines in dyslipidemic patients: knowing the importance of rational use and health promotion measures. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, p. e18811628941, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i6.28941>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SILVA, Ítalo Henrique Alves; LEITE, Arthur Hipólito Pereira; TELLES, Adriana. Uso indevido de Metilfenidato por universitários da área da saúde. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v. 31, n. 4, p. 33-42, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.51723/ccs.v31i04.777>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SILVA, Mauriene Krauser *et al.* Uso indiscriminado de Ritalina® por estudantes de uma Faculdade do Sudoeste Goiano. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 17, e 205111738857, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i17.38857>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SORGI, Rebeca Miguel; AZEVEDO, Laura Agostineti; MAINARDES, Sandra Cristina Catelan. Abuso de metilfenidato entre os estudantes universitários de Maringá – PR. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 5, p. 21376-21392, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv5n5-281>. Acesso em: 19 fev. 2025.

TAVARES JÚNIOR, Almir Ribeiro; CREMASCHI, Renata Maria de Carvalho; COELHO, Fernando Morgadinho Santos. Narcolepsia: o despertar para uma realidade subestimada. **Debates em Psiquiatria**, v. 7, n. 3, p. 22-3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25118/2236-918X-7-3-4>. Acesso em: 10 fev. 2025.

WIKIPÉDIA. **Metilfenidato**. 6 maio 2025. Imagem. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Metilfenidato>. Acesso em: 21 jan. 2025.